

**EMENDA Nº PLEN**

(Ao PL nº 1128, de 2020)

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei 1.128, de 2020, acrescentando-se Parágrafo único, a seguinte redação:

“**Art. 3º** As empresas que optarem pelo empréstimo se comprometem a não demitir o trabalhador sem justa causa até 90 dias após o fim do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento, os valores correspondentes aos pagamentos realizados ao trabalhador demitido tornar-se-ão imediatamente exigíveis, devendo ser devolvidos ao agente financeiro, para reembolso ao Tesouro Nacional, capitalizados pro rata die pela taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, pela taxa de juros de três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano, além de multa de cem por cento.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta do projeto de lei vem ao encontro dos melhores interesses das empresas e de seus empregados em termos de condições do financiamento e exigências, incluindo subsídio financeiro direto do Tesouro Nacional. Entretanto, parece-me necessário garantir a continuidade do emprego por mais 3 meses além do término do estado de calamidade pública, levando-se em consideração que a normalização da economia e do mercado de trabalho não ocorrerão de imediato. Há também que se prever as penalidades e o ressarcimento dos recursos aos cofres públicos, em caso de a empresa descumprir o compromisso de garantia do emprego.

Sala das Sessões,

Senador **TASSO JEREISSATI**

